

<http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i258.4555>

Estimados(as) leitores(as),

É com alegria e sentimento de dever cumprido que entregamos o 258º número da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). Como não podia deixar de ser, a realidade da Covid-19 tem sido sentida também na vida da equipe que edita este periódico. Pela primeira vez, graças ao trabalho em *home office* da editoria científica, da editoria executiva e da equipe da Coordenação de Editoração e Publicações (Coep) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), este número foi feito, todo ele, de forma remota. Se nestes tempos de pandemia incorporamos ao nosso vocabulário palavras novas, como *live*, *webinar* e *reunião remota*, ensinamos também, com este número da RBEP, a reflexão sobre temas mais frequentes na vida e no trabalho dos educadores, como políticas educacionais, formação de professores, profissão docente, ensino e aprendizagem, ensino superior e formação profissional e história da educação. Assim, disponibilizamos para leitura dez artigos e dois relatos de experiência, escritos por 37 autores de dez estados brasileiros, representando instituições de quase todas as regiões do País.

Os dois primeiros artigos deste número ocupam-se de problemáticas ligadas ao campo das políticas educacionais. Em "As falas sobre a fraude: análise das notícias sobre casos de fraudes nas cotas raciais em universidades de Minas Gerais", os autores, Matheus Freitas e Rayza

Sarmiento, procuram compreender como os casos de fraudes nas cotas para negros(as) – pretos(as) e pardos(as) – e indígenas foram veiculados nos *sites* dos grandes jornais de Minas Gerais. Eles chegam à conclusão de que as pessoas suspeitas de fraude justificam a autodeclaração enquanto pardas devido à origem/ascendência familiar, no entanto especialistas e ativistas apontam que a aparência étnico-racial é que deve ser o indicativo para a classificação racial, em função da vivência do racismo no Brasil. Já o artigo “Políticas educacionais e os impactos sobre processos educativos nos cursos de pedagogia: uma análise” é produto da pesquisa de Liliana Soares Ferreira, Célia Tanajura Machado, Mariglei Severo Maraschin e Dulcineia Libraga Papalia De Toni. As autoras analisam as relações entre políticas públicas educacionais e o curso de Pedagogia; argumentam que os pedagogos são trabalhadores cuja característica de trabalho advém da pedagogia, entendida como ciência da educação, e que esse deve ser o elemento central do curso.

O terceiro artigo que compõe este número insere-se nos debates sobre a formação de professores. Em “Identidade docente e formação continuada: um estudo à luz das teorias de Zygmunt Bauman e Claude Dubar”, Fernanda Rossi e Dagmar Hunger se propuseram a analisar o processo de constituição da identidade docente no cenário atual, problematizando as mudanças sociais na contemporaneidade, as percepções das professoras da educação básica concernentes aos significados de ser professor(a) hoje, e as possíveis influências da formação continuada institucionalizada na reflexão e (re) construção identitária de professores(as). Segundo elas, revelou-se, entre outros resultados obtidos e à luz dos pensadores escolhidos, a urgência de ações educacionais e políticas públicas que visem fortalecer os laços profissionais, consolidando o coletivo docente e a noção de pertença a um grupo específico na sociedade, com uma identidade própria.

Na sequência, temos dois artigos sobre temáticas ligadas à profissão docente. Em “Autoeficácia, satisfação no trabalho, aspectos sociodemográficos e condições de trabalho de docentes-alunos do Parfor”, Enizete Andrade Ferreira, Maely Ferreira Holanda Ramos, Edson Marcos Leal Soares Ramos e Andréa Lobato Couto têm por objetivo verificar a relação entre autoeficácia, satisfação no trabalho de docentes, aspectos sociodemográficos e condições de trabalho de professores em formação em nível de graduação pelo Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor) na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Por outra óptica de análise, no artigo “Representações sociais de trabalhadores com baixa escolaridade sobre o trabalho docente”, Ademir José Rosso, Bruna Emilyn da Silva, Vânia Katzenwadel de Oliveira e Franciely Ribeiro dos Santos investigam as representações sociais da docência entre os trabalhadores com baixa escolaridade e vulnerabilidade social, pais de alunos de escola pública. Os resultados alcançados identificaram representações sociais idealistas sobre a docência, considerada promotora de um futuro melhor, bem como representações sociais normativas, concebendo o trabalho docente como trabalho de correção e disciplinamento social. Outras

representações sociais, porém, enxergaram a docência como atividade de relação interpessoal, permeada pelo afeto e pela motivação dos alunos.

Outros dois artigos que compõem o número 258 da RBEP situam-se na área de ensino e aprendizagem. No primeiro deles, "A influência das emoções no aprendizado dos escolares", da lavra de Joelson Carvalho Souza, Adolfo Antonio Hickmann, Araci Asinelli-Luz e Girlane Moura Hickmann, o objetivo é contribuir para a discussão teórica sobre como as emoções influenciam processos de aprendizagem dos estudantes, levando-se em consideração os contextos em que estes estão inseridos. Segundo os autores, os resultados mostraram, entre outros aspectos, que as relações familiares, as relações entre professor-estudante e entre escolares exercem potencial influência sobre a aprendizagem destes. Outro artigo, "O Praxema no contexto esportivo: a linguagem expressa pelo corpo, a exemplo do Voleibol", é de autoria de Raquel Valente de Oliveira e João Francisco Magno Ribas e objetiva elucidar o Praxema – elemento específico do jogo, referente à linguagem corporal do jogador, que se manifesta por meio das ações motrizes – no contexto esportivo, tendo como exemplo o voleibol, e sua importância na leitura do jogo e na atuação dos jogadores. Conforme os autores, constatou-se que a orientação e a linguagem corporal dão indícios aos jogadores sobre qual Praxema será manifestado e, portanto, sobre as intencionalidades e as ações motrizes que serão executadas em determinada situação do jogo, tanto por companheiros quanto por adversários.

Contamos com dois artigos que se debruçam sobre temáticas dos campos do ensino superior e da formação profissional. Em "Perfil motivacional, formas de estudo e satisfação com a vida", Daniel Augusto Honório, Josiane Aparecida de Jesus, Gracielle Fin e Rudy José Nodari Júnior, intentam identificar os perfis motivacionais, as formas de estudo e a satisfação de estudantes universitários com a vida. Para os autores, o perfil motivacional dos estudantes se mostrou mais autodeterminado, ligado à motivação intrínseca. Suas abordagens de estudo foram relacionadas a motivações profundas e os estudantes mostraram-se satisfeitos com a vida. O artigo "Os espaços experimentais das escolas públicas de arquitetura do Brasil: realidade ou utopia", de autoria de Albenise Laverde e Cláudia Terezinha de Andrade Oliveira, por sua vez, objetiva compreender o processo de configuração dos espaços da área técnico-construtiva, implantado nas escolas públicas de Arquitetura e Urbanismo de acordo com as particularidades advindas de diferentes contextos do País, das políticas educacionais e das ações dos atores envolvidos, com a identificação das condições essenciais para que estas práticas sejam introduzidas e potencializadas no contexto acadêmico.

No campo da história da educação, o número 258 da RBEP conta com o artigo "A disciplina Educação Moral e Cívica no Grupo Escolar Dom Benevides em Mariana/MG (1969-1975)", escrito por Rosana Areal Carvalho, Fernanda Aparecida Rodrigues Silva e Raquel Jesus Evangelista, que pretendeu delinear a presença e as práticas da disciplina Educação Moral e Cívica no Grupo Escolar Dom Benevides, em Mariana (MG), em consonância com o Decreto-Lei nº 869, de 1969. Concluem as autoras que

o cumprimento da obrigatoriedade da disciplina presente na legislação se deu com a realização dos festejos de datas cívicas que extrapolavam o espaço escolar, permitindo que o civismo e o patriotismo atingissem os marianenses.

Encerrando este número, trazemos dois relatos de pesquisa. Em “Duas décadas da Política Nacional de Educação Ambiental: percepções de professores no contexto de uma escola pública de Pernambuco”, de autoria de Everaldo Nunes de Farias Filho e Carmen Roselaine de Oliveira Farias, o objetivo é compreender as percepções que um grupo de professores da educação básica possui acerca do texto da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e, ao mesmo tempo, apresentar uma metodologia aplicada à análise e à discussão coletiva do texto da lei em um contexto de formação continuada de professores. Dentre os resultados, os autores destacam que poucos professores emitiram posicionamentos críticos a respeito da PNEA, além de tenderem a considerar a lei um documento acabado a ser implementado de modo direto nos seus contextos. Posteriormente, Alexandre Braga Vieira, Denise Meyrelles de Jesus, Jovenildo da Cruz Lima e Clayde Aparecida Belo da Silva Mariano apresentam “Formação de professores e educação especial: contribuições de Meirieu”, uma pesquisa-ação colaborativo-crítica, em que discutem a formação continuada de professores da educação especial, visando à desconstrução de verdades cristalizadas sobre os alunos e à busca por novas alternativas de ensinar a todos.

Concluindo esta apresentação, deixamos o convite à leitura desta edição e fazemos votos de que todos permaneçam bem neste momento tão difícil que o mundo está atravessando devido à pandemia da Covid-19.

*Editoria Científica*



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY-NC.